

# O PROLETÁRIO

Nº 61  
Dezembro de  
2006

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas  
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00  
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

O Dia da Consciência Negra, dia de luta contra a política de cotas!	01
1º Seminário da CONLUTAS ABC	02/04
Balanço do Congresso da Apeoesp	04/06
Eleição para Conselheiros Regionais e Estadual da Apeoesp, ocorrido em 22 de novembro de 2006	06/08
A acumulação primitiva	09
As Capitanias Hereditárias, Sesmarias, Governo geral e leis de terras no Brasil	10/11
A expansão dos latifúndios, dos conflitos de terras no Brasil	11
Alguns conflitos	11/14
O MST	14/15
A concentração de terras, as Capitanias Hereditárias e as Sesmarias A concentração econômica, industrial, bancária e em geral	15
Um dilema se coloca para as políticas reformistas, desenvolvimentistas	15/16
Proletário Fabril 02	17/18

**Escreva para o Jornal *O Proletário***  
**Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo**

**Venham para os estudos dos documentos históricos do Marxismo.**  
**Informem-se!**

**As assimilações teóricas e a inserção na luta de classe nos capacitará para a intervenção no processo de luta de classe como revolucionários, possibilitando a organização do proletariado moderno e dos oprimidos em geral de forma independente da burguesia, do Estado burguês, bem como, da ideologia da classe dominante.**

## O Dia da Consciência Negra, dia de luta contra a política de cotas!

Vinte de novembro: *Dia da Consciência Negra*. Data vinculada à morte de Zumbi dos Palmares no ano de 1695. Este dia não pode ser encarado com festividade, mas como um dia de luta em que o povo negro e demais oprimidos devem sair às ruas para lutar contra a opressão de que são vítimas. O fundamento de toda e qualquer opressão tem como raiz a opressão de classe, embora muitos negros e movimentos procurem obscurecer este princípio elementar da opressão, ao caracterizá-lo como um problema da relação de raça e gênero. Trata-se de transferir o problema da opressão de classe para uma aparente oposição entre negros e brancos ou, como faz uma parte do movimento feminista e feministas de orientação burguesa, que transferem para o homem a responsabilidade da opressão sobre a mulher nas sociedades de classes, aguçada na sociedade capitalista.

Os grupos do movimento negro que propõem, consciente ou inconscientemente, a ascensão social e auto-estima como formas de resolver o problema da opressão é porque já se aburguesaram e incorporaram os valores morais e materiais das classes dominantes: Pelé, Pita, Kofi Annan, Colin Powell, Condoleeza Rice... são tão opressores quanto Antonio Ermírio de Moraes, Abílio Diniz, Georg Bush, Ariel Sharon, Bill Gates... Jamais estarão ao lado da causa dos negros. Esta não reside em ter mais ou menos negros ministros, empresários, senadores, deputados, juízes etc como apregoa parte do movimento negro. O discurso da ascensão social dos negros só faz reforçar o grau de opressão social que sofrem as massas negras. O problema da opressão e do preconceito não se resolve em função de termos mais, menos ou igual cargos que os brancos na sociedade capitalista.

A tese da ascensão social e da auto-estima expõe o problema como se fosse puramente uma questão individual de cada negro. Não devemos lutar pela ascensão social, mas pela igualdade social, uma vez que o fundamento da opressão é a existência das classes opressoras. Logo, quando propomos a ascensão social legitimamos a sociedade de classes. Defender a ascensão social é querer manter a desigualdade social, é desejar que as massas negras continuem oprimidas e reforcem a tirania de classes, a prostituição, o preconceito, a ignorância, a violência reacionária, os guetos, o racismo, a opressão do branco sobre o negro, do negro sobre o negro, do homem sobre a mulher, do homem sobre o homem, as prisões, os manicômios, as guerras, os

cortiços, a delinquência, a escravização, o narcotráfico, os pedintes, os flagelados...

A luta pelo fim da opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, de povos sobre povos, só é vitoriosa se estiver vinculada à luta pela sociedade sem classes, cuja primeira tentativa e experiência a nível de Brasil foi o Quilombo dos Palmares, apesar de toda a historiografia e sociologia reacionárias defenderem que no Quilombo dos Palmares existia opressão, quando lá na verdade negros, índios, brancos e mestiços, procuravam construir uma sociedade igualitária e justa, como também foi a experiência de Canudos. No Quilombo dos Palmares, o veículo impulsionador era o princípio da igualdade e fraternidade entre os homens.

No momento atual, o governo Lula-PT-PcdoB, de orientação frente populista, implementa descaradamente a segregadora política **DESARFIRMATIVA DE COTAS PARA NEGROS**. Por trás dessa política está a reafirmação da opressão e discriminação, pois é o mesmo projeto político implementado nos Estados Unidos e na África do Sul, cujo objetivo é criar uma **ELITE NEGRA** para legitimar a **opressão, o racismo e a miséria** que está submetida à ampla maioria do povo negro. Logo, a política de cotas é uma farsa e o seu objetivo é outro, pois o que impede nós negros a ingressarem nas universidades e não sermos aprovados em concursos não é a cor de nossa pele, e sim, as condições econômicas de miséria a que estamos submetidos secularmente, assim como o são os filhos de qualquer branco pobre, miserável, o indígena e a imensa maioria do nosso povo que não têm condições e oportunidades de estudar desde a infância, uma vez que são marginalizados na sociedade capitalista. Aqueles grupos que cinicamente concordam com a política de cotas do governo Lula vêem nela um instrumento seguro de assumirem altos cargos e tornarem-se serviçais e capitães-do-mato das classes dominantes, enquanto a ampla maioria da nossa população negra ficará relegada à miséria e à falta de oportunidade.

*Viva o Dia da Consciência Negra; abaixo as reformas do governo Lula; abaixo o PROUNI e a política de COTAS; pela universidade pública e gratuita, pela expropriação do sistema privado de ensino; pela destruição do Estado nazi-sionista de Israel; pela derrota militar dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, pela vitória da resistência iraquiana e afegã; pelo Governo Operário e camponês – Ditadura proletariado.*

# 1º Seminário da CONLUTAS ABC realizado nos dias 02 e 03 de dezembro de 2006

Temas: Reforma Trabalhista, Reforma Sindical, Reforma da Previdência e Reforma Universitária.

O Seminário fez parte de um conjunto de atividades da CONLUTAS no sentido da preparação para possível implementação das reformas imperialistas que o capitalismo decadente tem implementado no mundo inteiro.

Com o avanço das contradições advindas do modo de produção capitalista, os senhores possuidores do grande capital financeiro (bancário e industrial), com o intuito de aumentar seus lucros e se posicionarem diante da concorrência internacional, têm promulgado, através de seus governos, Leis que: precarizam as relações do trabalho, eliminando direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora sob uma dramática luta de classes, muita repressão, prisões e sangue derramado de centenas de líderes e lutadores da classe operária no mundo inteiro.

A situação da classe operária e dos trabalhadores em geral ao nível mundial se não derrotarmos o capital e socializarmos os meios de produção no próximo período, levará ao avanço da barbárie, aumentando a fome, miséria, violência, as guerras e todo tipo de barbaridade, finalizando com quaisquer resquícios de direitos conquistados. Tanto na esfera do trabalho, quanto dos direitos sociais como: Educação Pública, Saúde Pública, Previdência Social, emprego registrado.

No capitalismo decadente está colocada com cada vez mais ênfase a consigna histórica: Socialismo ou barbárie!

O recém reeleito Governo Lula do PT/PC do B e coalizão burguesa imperialista jura de pés juntos que não introduzirá estas reformas no 2º mandato. Ocorre que: já no primeiro mandato deste governo que tem assento nos organismos da classe operária brasileira, movimento sindical da cidade e no campo, camponês como MST, estudantes como a UNE e popular nos seus diversos matizes. Aplicaram no mandato anterior a continuidade da Reforma da Previdência que o governo FHC não

estava conseguido implementar, praticamente zerando as aposentadorias do serviço público, com o aumento da idade das aposentadorias de 55 anos para mulheres e 60 para homens, atrelando esta idade a 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres. Com as regras transitórias esses dois últimos governos FHC e Lula praticamente acabaram com as aposentadorias especiais, como é o caso do professorado. Já nesse início de dezembro, após as eleições, foi aprovado no Congresso e Senado o *Supersimples*, que precarizam totalmente as relações de trabalho para 90% das indústrias brasileiras (pequenas empresas).

Vejam só! Na previdência, golpeou os funcionários públicos criando uma cisão entre o público e privado no tocante ao movimento de resistência às reformas imperialistas. Com o *Supersimples*, a falácia é de beneficiar os pequenos empresários, retirando a obrigatoriedade dos direitos sociais. Trata-se de uma [reforma em] cadeia cadeia. Com a Previdência, estão articulando a generalização dos critérios adotados para os funcionários públicos aos trabalhadores privados, com golpes especiais como a retirada do Fundo de Garantia, 13º salário, férias remuneradas, licença gestante etc.

Todas essas medidas mercenárias e saqueadoras de direitos estão em discussão entre os empresários e entre o governo. No caso do *Supersimples*, se a moda pegar, a extensão para o conjunto dos trabalhadores é uma questão de tempo.

Os presentes ao Seminário fizeram registrar que, com a campanha da CONLUTAS sobre o alerta das reformas fez com que, os Sindicatos dirigidos por governistas, como os Metalúrgicos do ABC, publicassem em seus materiais que não haverá reforma da previdência, se colocando contra a mesma.

## O Governo não irá implementar as reformas imperialistas? A nosso ver, já está implementando-as!

No caso do Supersimples é uma realidade. Na Educação, é outra realidade. O próprio PROUNI, com a falácia de estender a Educação Superior aos pobres e negros, na realidade, trata-se de uma política de socorro às universidades particulares com dinheiro público e a diminuição do investimento nas universidades públicas.

Está em plena aplicação a reforma do Ensino Superior! Os Cursos estão sendo totalmente precarizados. Os de 4 anos estão passando para três anos, a grade está sendo reduzida a um mínimo que não atende a nada. O Currículo dos Cursos são totalmente voltados para o mercado. O estudante faz um curso Universitário como se fazia anteriormente um curso no SENAI, o atendimento ao patronato é a marca da reforma Universitária em ritmo acelerado de aplicação. A modalidade principal do momento, que está nas discussões do MEC, é o Ensino à Distância, desde a formação de professores até um curso técnico. Se no Ensino presencial já é uma realidade precária, imagine o ensino à distância?

No Ensino Básico, acabaram de aprovar o FUNDEB, em substituição ao FUNDEF; na realidade foi mais uma reforma tributária do que qualquer outra coisa. “Aumentou as verbas com a Educação”, com financiamento do último ano das

antigas pré-escolas que agora se integrou como Educação Básica, com a matrícula obrigatória aos 6 anos. O que os Educadores reivindicavam e reivindicam que é o aumento do custo-aluno, a aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE) só ficou na promessa. O FUNDEB acaba por subordinar-se como prioridade à política de ajuste fiscal em contraposição à política educacional e social.

Com relação às creches, não mudou nada com o Fundeb. Segundo o IBGE, somente 11,7% da população de 0 a 3 anos têm acesso às creches e continuará exatamente do mesmo jeito.

Com relação ao custo-aluno: o valor mínimo do Fundeb inicial estará em torno de R\$ 800,00, abaixo da própria exigência legal do FUNDEF, a qual era de R\$984,00, sendo que nunca foi pago e continuará assim. Em relação aos (R\$ 620,00) que se pagou até a promulgação da do FUNDEB, aparentemente significou alguma melhoria, mas acabou com o dispositivo legal de um piso maior que era de R\$ 984,00.

## O Seminário da CONLUTAS ABC transcorreu com excelentes debates e foi rico nas informações. O objetivo do encontro era municiar os participantes de informações para serem reproduzidas em suas bases.

Uma polêmica se instalou nas discussões: Quais serão as formas de lutas que serão implementadas caso estas reformas continuem e venham ampliar suas aplicações? Será a política dos aerogramas? Dos abaixo-assinados? Das caravanas à Brasília para pressão parlamentar? Ou iremos priorizar as ações diretas nas ruas, a unificação dos

movimentos e preparar uma greve geral neste país? A CONLUTAS irá se organizar nos Comandos de Base deliberativos ou vai se reunir de vez em quando para cumprir tarefas dos burocratas com uma política de conciliação de classes e com fins eleitorais?

## O Seminário tomou uma serie de deliberações:

- Reprodução dos debates havidos nas categorias e entidades, organização das mulheres, participação no Comitê contra as

perseguições políticas, realização de plenárias mensais regulares, defender a luta direta e a construção da greve geral contra

as reformas imperialistas do capitalismo decadente, edição do jornal Conlutas ABC, realização de Seminário sobre Educação. Pela realização de um 1º de maio classista com Ato regional no ABC e centralizado no Centro de São Paulo, sem conciliação classista;

- Plenária Regional da CONLUTAS ABC em 21/01/2007, às 10:00 horas no Sindicato dos Funcionários Públicos de Santo André,

precedida de reunião da Coordenação dia 14/01/2007, às 10:00 horas na Subseção da Apeoesp-Diadema;

- Que o Encontro das mulheres será no dia 21/01/2007 às 15:00 horas no Sindicato dos Funcionários Públicos de Santo André;

## Balanço do Congresso da Apeoesp

O congresso da Apeoesp, realizado nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2006, refletiu mais uma vez o programa reformista do PT desde sua origem e em consonância com a orientação política do governo Lula/PT e da burguesia imperialista; ocorreu em meio a um clima de euforia devido à vitória de Lula para o seu segundo mandato presidencial. Para o PT e PC do B garantir a governabilidade do governo Lula está acima de qualquer luta imediata, mesmo a dos professores ou mesmo a de defesa da escola e do ensino público.

Haja vista o que o governo federal vem fazendo com a educação pública no que diz respeito a aplicação dos recursos financeiros – FUNDEB, que abrange desde as Creches até o Ensino Médio, passando pelo EJA; os recursos são os mesmos do FUNDEF, nem mais nem menos; o Ciclo de 9 anos para o Ensino Fundamental é uma farsa, ao contrário acelera os estudos; o Programa de vagas nas Universidades privadas tem servido muito bem aos empresários da educação; o ensino À distância nos vários níveis é uma outra bancarrota da educação pública.

Em nenhum momento do congresso essas medidas/projetos foram contestadas pelos dirigentes petistas e pecebistas da Apeoesp, pelo contrário, ambos muito elogiados.

As nossas análises feitas em o *Proletário 60* se confirmaram nesse XXI congresso. Vejamos, então, o que a diretoria majoritária (PT e PC do B) da Apeoesp propôs e aprovou sem nenhum obstáculo para a dinâmica do congresso:

- O debate sobre conjuntura nacional e internacional limitou-se ao momento em que os proponentes de Teses fizeram suas

exposições; o regimento do congresso não permitiu discussão sobre a matéria nos grupos.

- Só foram apreciadas pelas plenárias as propostas que obtiveram, no mínimo, 20% dos votos dos delegados no respectivo grupo para o qual foram escolhidos pela comissão organizadora.
- As declarações de votos somente foram aceitas mediante apresentação do texto por escrito e lidas em seguida.
- Cada delegado só pode participar de apenas um grupo, ou seja, aquele escolhido para o grupo 01 não poderia por conta própria participar do grupo 02, por exemplo. O controle rígido foi feito por aparelhos eletrônicos.
- Cada tema somente pode ser debatido nas Plenárias em tempo máximo de 60 minutos, com exceção das plenárias para apresentação de Teses e discussão do Plano de Lutas, 120 minutos. Nos grupos, as discussões dos temas tiveram tempo máximo de 50 minutos.
- O tema estatuto só pode ser debatido em apenas três grupos.

Esses foram alguns dos pontos de que tratou a dinâmica do Congresso e que no decorrer desses três dias nada se fez em se tratando da discussão política e das questões de interesse dos trabalhadores em educação, bem como da defesa da escola e do ensino público.

## A essência do Congresso: a Reforma Sindical

Em função da sua superioridade numérica, a diretoria majoritária da Apeoesp (Articulação Sindical/PT e CSC/PC do B) conseguiu nesse congresso aprovar questões que vão dar um norte político-burocrático ainda maior para a condução das lutas da categoria. No que se refere ao enfrentamento com o governo paulista do PSDB, além do conjunto de reformas que já se encontram em debate no Congresso Nacional, aguardando apenas a conformação das alianças que estão sendo propostas e implementada pelo governo Lula/PT - um grande articulador político de conciliação de classes da burguesia imperialista na América Latina.

O grau de imobilismo no seio da categoria provocado pela burocracia sindical do PT e suas variantes já implantada a alguns anos no interior da Apeoesp vem aumentando degrau por degrau; esse burocratismo é característico do reformismo burguês e do semear ilusões de que melhores condições de vida para os trabalhadores virão, cedo ou tarde, combinado com a ideologia da classe dominante.

As reformas têm servido ao longo do tempo apenas a uma classe social: a burguesia; a crise estrutural do capital é tamanha e a burguesia sabe disso; utiliza-se de governos assentados na classe explorada, nas burocráticas e corrompidas direções sindicais, além dos veículos de comunicação, da mídia e igreja para propagandear as reformas imperialistas. Os subterfúgios são vários, tais como: que a expectativa média de vida da população está aumentando e com isso faz-se necessária a reforma da previdência social, aumentando o limite de idade para o trabalhador se

aposentar. Esses e outros fatos comprovam o porque desse congresso ter sido o mais burocrático de todos os tempos no interior da Apeoesp. Isto se dá simplesmente devido ao fato do PT ter se integrado totalmente a política capitalista na sua fase imperialista necessitando do máximo de burocratização como política de suas correntes no sentido de assegurar seus aparatos sindicais, além de sua política de distribuição de migalhas como o Bolsa Família do Programa Fome Zero em troca das reformas que saqueiam conquistas dos trabalhadores.

Nesse sentido, a Articulação Sindical/PT e o PC do B propuseram e aprovaram uma série de medidas controladoras nesse congresso que, do ponto de vista do que o governo está propondo, estão ligadas diretamente com a proposta de Reforma Sindical e Trabalhista. Dentre o conteúdo se sua Tese combinada com a sua política, algumas medidas aprovadas comprovam essa relação, tais como: assembléia geral da categoria somente de acordo com a dinâmica do movimento e no primeiro semestre do ano, ou seja, não se sabe ao certo o mês em que os primeiros passos para a discussão da campanha salarial serão dados; uma outra medida proposta, porém retirada do Plenário de discussão seria a de que as assembléias tivessem credenciamento prévio de modo a ser realizada em local fechado, ou seja, somente a direção e os conselheiros e, talvez mais alguns professores lutadores iriam participar. A limitação do número de congressistas eleitos na base também foi aprovada. Hoje esse número é de 01 para cada 50 sócios; no congresso de 2009 esse número passará ser de 1 para cada 70 sócios.

## O oportunismo se une no congresso

A Oposição Alternativa faz frente com a Corrente Sindical Classista/PC do B, governista e de conciliação de classes. Apesar da CSC ter “Tese própria” e em todos os momentos está votando com a Articulação Sindical, no quesito diminuição do número de participantes ao congresso ela ficou com a manutenção do Estatuto: 1 para cada 50 sócios; a Oposição Alternativa apesar de em sua Tese propor 1 para cada 10 professores na escola, votou com a CSC. Mesmo assim o oportunismo foi derrotado e o número de delegados no congresso de 2009, se não for possível a derrota da Articulação em 2007 o

número de delegados se reduzirá, em media, em 30%.

Nós da Oposição Revolucionária continuamos insistindo na ampliação máxima da participação da base da categoria nos momentos em que são realizados os congressos. Outros setores também estão nessa luta. Independentemente da questão da tática momentânea da Alternativa e da CSC, oportunista, nós optamos por continuar defendendo os nossos princípios de classe, a democracia operária e o programa revolucionário. Esse princípio não nos permite escrever uma coisa e colocar em prática outra. Por isso, defendemos:

- Retomada dos organismos de luta dos trabalhadores e derrubada da burocracia para impulsionar a luta direta das massas;
- Pela implantação do programa de reivindicações imediatas e transitórias dos trabalhadores;
- Pela defesa da Democracia Operária entre os trabalhadores;

- Pelo fim do corporativismo, do capitalismo e das classes sociais;
- Pela socialização dos meios de produção e o Socialismo.

## Informe do resultado da eleição para Conselheiros Regionais e Estadual da Apeosp, ocorrido em 22 de novembro de 2006

Em Diadema, dos quinze eleitos para compor a Executiva local, sete são do PSOL, três do PSTU, um da corrente política o Trabalho e quatro da **Corrente política Oposição Reconstruir, integrante da Oposição Revolucionária**. Desses quinze, sete vão compor o Conselho Estadual de Representantes, a saber: um da Oposição Reconstruir, três do PSTU e três do PSOL; além

disso, a Oposição Reconstruir também elegeu dois suplentes ao Conselho Regional de Representantes.

Portanto, dentro do princípio da Democracia Operária e da Proporcionalidade Direta e Qualificada, constante do Regimento Interno da Subseção da Apeosp de Diadema, todas as forças políticas devem compor cargos, se é que: a Corrente o Trabalho, o PSTU e o PSOL atuam na prática nesse campo.

### *Lembrete*

Há um ano e meio, três forças políticas: Oposição Reconstruir, PSTU como Oposição Unificada (nome este dado para concorrer às eleições para a diretoria) e PSOL como Oposição Alternativa elegeram Conselheiros mas, o PSOL por ter maioria não permitiu que o PSTU fizesse parte da Coordenação local; o PSTU, no entanto se calou e concordou com tal absurdo. Nós da

Oposição Reconstruir optamos por não assumir cargo, devido ao fato de que o princípio da Democracia Operária e da Proporcionalidade Direta e Qualificada (a qual também “reivindicam” o PSTU e o PSOL) ter sido negada. Esse fato foi amplamente divulgado nos nossos veículos de comunicação.

## A seguir apresentamos o Programa discutido, divulgado e trabalhado na base da categoria

### Introdução

Diante dos ataques dos governos em geral e da política de conciliação de classes da diretoria majoritária (PT e PC do B) da Apeosp, é que nos últimos vinte anos a escola pública e os trabalhadores em educação têm sofrido sérios ataques, se não vejamos: precarização da escola pública, das condições de trabalho e ensino, tais como, superlotação, falta de recursos materiais e financeiros, rebaixamento de

salários, professores sem plano de carreira, ficando doentes, etc.

Nesse sentido, nós da **Oposição Reconstruir** defendemos que o sindicato seja um instrumento capaz de impulsionar a luta direta em defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores (professores, funcionários, pais e alunos). Para isso, o nosso trabalho é o de fazer com que o sindicato seja independente da burguesia e de seus partidos políticos.

### A importância de trabalharmos com um programa

O programa representa os ideais de um agrupamento ou de uma organização política, tendo como objetivos e metas a defesa intransigente dos

interesses coletivos dos trabalhadores e que os leve a compreender através do estudo teoria e prática/lutas as contradições do sistema capitalista. A implantação deste

entre os trabalhadores carece de princípios e de democracia operária, ou seja, de ampla discussão política, transparência nas nossas ações, respeito às divergências e as minorias, além de total coesão na realização das tarefas práticas.

Os trabalhadores unidos na luta direta pelos seus direitos tendem a aumentar o nível de consciência de classe e compreender que no capitalismo mesmo mantendo e ampliando conquistas não é mais possível que este resolva todos os problemas, como emprego, salário mínimo vital, terra para o pequeno camponês produzir, moradia, saúde e educação pública gratuita para todos.

Essa atuação nos leva a romper com as ilusões na ideologias da classe dominante (burguesia), com o individualismo, corporativismo, arrogância, a política reformista de conciliação de classes, o carreirismo parlamentar e o próprio capitalismo.

É baseado nessas ilusões e ideologias que a diretoria majoritária da Apeoesp (PT e PC do B) vem defendendo e desenvolvendo há anos entre os professores essa política burguesa de conciliação de classes.

A nossa tarefa principal é trabalharmos concretamente para fazer das lutas pelas reivindicações imediatas uma ponte para socializar os meios de produção e implantar o socialismo.

### Vitórias obtidas pela categoria

Em 2005 os professores por duas vezes saíram às ruas contra dois ataques do governo do PSDB: o 1º foi o edital do concurso que tirava o direito do PEB I de se efetivar na rede com a formação em Magistério; o 2º queria demitir 120 mil OFA, através do PLC-26/2005. Nos dois momentos os professores saíram vitoriosos.

Isso mostrou que os professores unidos e na luta direta tiveram e têm poder para barrar qualquer ataque aos seus direitos, inclusive os lançados contra a escola e o ensino público.

Com exceção da diretoria majoritária da Apeoesp (PT e PC do B), o trabalho do conjunto das oposições foi fundamental para essas conquistas.

### Vitórias da comunidade escolar

#### E.E. Mário Santalúcia

A unidade na luta da comunidade escolar, da Apeoesp de Diadema e do movimento pela moradia da Associação Oeste proporcionou uma grande vitória aos trabalhadores por ter conseguido dos governos municipal e estadual a reconstrução

da escola. A escola entrará em funcionamento no início do ano letivo de 2007, juntamente com a nova **E.E. Vila Socialista**. Com isso saíram ganhando professores, pais e alunos.

### Merenda escolar em todos os períodos de todas as escolas já!

Estamos iniciando o debate com as comunidades escolar para a implementação da merenda escolar em todas as escolas e em todos os períodos, por ser um direito de todos ter acesso a alimentação.

Nesse sentido, a comunidade escolar da **E.E. Pedro Madóglia** já conseguiu a implantação da merenda no período noturno. Essa vitória é mais uma demonstração de que somente com a luta e a

união dos trabalhadores conseguiremos manter e ampliar nossos direitos.

Na **E.E. Jorge Ferreira** também já tem implantado no período noturno a merenda. Na **E.E. José Fernando Abbud** já iniciamos junto aos alunos a luta para implantar merenda no período noturno. A nossa meta é que esse processo de discussão e conquistas se expanda para todas as escolas.



## **Bibliotecas e laboratórios em todas as escolas já!**

São raras as escolas que tem uma biblioteca funcionando e, laboratório de ciências então, nenhuma escola tem. Bibliotecas, laboratórios de ciências e de informática é o mínimo que uma escola deve ter. Esses equipamentos facilitam o trabalho do professor e ajuda o aluno a ampliar o

acesso ao conhecimento. Isso só vai contribuir para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem.

Nós, professores, juntamente com funcionários, pais, alunos e trabalhadores em geral devemos iniciar uma luta para exigir dos governos a implantação de tudo àquilo que necessitamos e é de direito.

## **Pela autonomia dos conselhos de escolas já!**

Defendemos a atuação nos conselhos de escola como forma de representação direta e para fazer a discussão do projeto político pedagógico (luta pelas reivindicações da comunidade), bem como para lutar pela autonomia deste. Para isso os

membros do conselho devem se organizar em comissões permanentes de discussão política, elaboração, compras, controle e distribuição dos recursos financeiros e materiais.

## **Unificar a comunidade escolar nas assembléias gerais em defesa da escola pública já!**

Além da participação e atuação nos conselhos de escolas, há necessidade de trabalharmos para criar e desenvolver a cultura das assembléias gerais da comunidade escolar. Esse fórum extrapola a representatividade por segmentos da comunidade e abre caminho para a participação de todos (professores, funcionários, pais e alunos)

conjuntamente, o que possibilita, no exercício da democracia operária. Discutir amplamente e deliberar sobre questões pedagógicas, administrativas, financeiras e demais problemas da escola de modo a facilitar e ajudar no processo de construção do conhecimento e das lutas pelos direitos coletivos dos trabalhadores.

## **Por um novo plano de carreira que atenda as reivindicações da comunidade escolar já!**

Defendemos um novo plano de carreira construído na luta direta e que vise atender as reivindicações dos professores, funcionários, pais e alunos, bem como para melhorar as condições de ensino-aprendizagem, quais sejam:

Salário mínimo vital (incorporando todas as gratificações e o bônus); redução da jornada de trabalho sem redução de salário; estabilidade para todos os professores não concursados; contratação dos professores eventuais com uma jornada fixa

por 20 horas-aula; evolução funcional sem limite de tempo, reconhecendo todos os cursos e somente por tempo de trabalho e acadêmica; criação da função de PCP e Orientador Educacional por período; eleição direta para diretor e vice-diretor; isonomia salarial para os aposentados; máximo de 25 alunos por sala; volta da grade curricular de 97 e a contratação de todo o quadro de funcionários da escola.

## **Outras bandeiras de lutas**

- Pela construção de mais escola já!
- Pelo fim do supletivo de final de semana já!
- Pelo fim da superlotação de escolas e das classes já!
- Pelo fim das Tele-salas já!
- Pela abertura das salas e períodos fechados já!
- Pelo fim das perseguições políticas nas escolas já!
- Pela readmissão dos professores demitidos na greve de 2000 e fim dos processos em andamento já!
- Abaixo a Resolução 60/2006 fascista e punitiva da S.E. que impõe o trabalho aos sábados já!

## A acumulação primitiva

Em Marx – “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para formação daquela.

O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e as prescrições com que entravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico da servidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas, os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade...”. – Página 830 de O Capital Volume II 9ª edição Difusão Editorial S.A.

Já na página 831 do mesmo volume de O Capital temos: – “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreender sua marcha, não precisamos ir muito longe na história. Embora os prenúncios da produção capitalista já aparecem, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena

decadência as cidades soberanas que representam o apogeu da Idade Média”.

Um estudo das configurações estruturais do espaço/nação brasileira remetem-nos como inicial aos acontecimentos relacionados do século XV, mais precisamente ao “descobrimento da América em 12/10/1492”. Na repartição desta “descoberta” no tratado assinado na cidade espanhola de Tordesilhas em 7 de junho de 1494 entre Espanha e Portugal. Mesmo assim, tal tratado se limitou ao reconhecimento de somente 1/3 do atual território brasileiro, o que acabou por resultar em um outro tratado, desta vez, no tratado de - “Madri, de 1750, com que reconhecessem as divisas brasileiras que são, com algumas modificações, as atuais”. – página 15 e 16, Cadernos de História 4, Obelisco, 1964.

Conforme nos apontou Marx e a historiografia oficial o século XIV e XV tratou da consolidação do capitalismo com as conquistas do mercado mundial, principalmente para a implantação de novas Colônias, o saque de pedras preciosas, matérias primas em geral, as especiarias e mão de obra escrava.

A chamada descoberta do Brasil por Cabral acabou sendo mais um ato de posse que uma descoberta - página 13 cadernos de História 4 – Origem do Latifúndio no Brasil, Obelisco, 1964.

Agora com tais fatos, épocas e acontecimentos históricos demarcados, poderemos enfim, iniciarmos no estudo da estruturação de nosso espaço/nação chamado Brasil.

Em várias tribos temos relatos históricos com posse comum das coisas úteis entre os habitantes da mesma oca. O solo era possuído em comum pela tribo inteira. - “A América possuía uma população de oitenta milhões de habitantes, e após meio século de convívio com os europeus restavam apenas 3,5 milhões”. *Descobrimento e Colonização*, 4ª edição, 1998 – Editora Ática, Janice Theodoro da Silva (página 48).

## As Capitânicas Hereditárias, Sesmarias, Governo geral e leis de terras no Brasil.

No início da sua dominação (começo do século XVI), o governo português não se entusiasmou pela colonização do Brasil. O interesse surgiu quando outros países europeus começaram a cobiçar as riquezas brasileiras.

No entanto, Portugal não se achava em boa situação econômica para atender o custo da colonização brasileira. A solução achada por D. João III foi dividir o território brasileiro em 15 grandes lotes conhecidos como capitânicas hereditárias.

Estes lotes eram oferecidos a fidalgos portugueses que recebiam esses lotes por meio de uma carta de doação onde se institua o poder de governante desta capitania.

O objetivo da coroa era transferir os custos a terceiros (administradores), mantendo o domínio destas terras e ao mesmo tempo povoá-la e acabando com o contrabando dentro da sua colônia por outros países e ainda tornando-a fonte de riqueza.

Dentre os poderes atribuídos aos administradores estavam: repassar parte das terras em sesmarias aos colonos, incentivando a produção nas terras dando origem a vilas e povoações.

Do ponto de vista estratégico o sistema donatário deu conta do recado, povoando e preservando a posse da terra. Cabe ressaltar que o direito português se espelhava no direito romano e na relação com a terra -- “a terra pertence a quem a cultiva”. E ainda, o sistema das sesmarias, por ser revogável pelo não cultivo, não servindo de herança e também por terem dado sesmarias, retomando-as muitas vezes, criou-se uma série de casos de terras devolutas que perdura até nossos dias.

No Regime de Tomé de Souza (cap.XX) acabou por implementar o princípio que reforçará o espírito do latifúndio, pois, tratava-se das concessões de terras para a construção de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes. Exigia-se para tal concessão posses para edificar o engenho e ainda para edificar torres e fortificações necessárias à defesa contra os índios. Constituindo assim, a futura aristocracia colonial – Obelisco 4 pag 38. Citando ainda o livro de Oliveira Viana – Populações Meridionais do Brasil e narrando também na página 41 uma série de famílias que acabaram por herdar estes Engenhos como os Lins, os Vanderlei, os Calheiros, os Mendonça de Matos, os Borges da Fonseca em Alagoas.

Mas economicamente fracassou, por falta de dinheiro dos donatários, falta de mão-de-obra, constantes ataques e revoltas dos índios pela escravidão, dificuldade de comunicação com a metrópole e pela pouca participação dos donatários sobre os lucros obtidos.

Perante um sistema falido se institui em 1548 o governo geral, que tem por objetivo centralizar o poder e auxiliar na administração das capitânicas hereditárias. Estrategicamente, criado no litoral Baiano e primeira capital brasileira, facilitando a comunicação com as capitânicas.

A metrópole instituiu normas para funcionamento do governo geral, como segue abaixo:

- \* O comando e a defesa militar da colônia;
- \* O poder de justiça, que era dos donatários, passou para o Governo Geral;
- \* Proibição da escravidão do índio;
- \* Governo-geral teria três auxiliares, o ouvidor-mor, encarregado dos negócios da justiça, o provedor-mor, assuntos da fazenda, capitão-mor, defesa do litoral.

Os primeiros governantes tiveram grande importância na constituição do espaço brasileiro, primeiro com Tomé de Souza, que incentivou o cultivo da cana de açúcar, o principal produto de exportação da agricultura brasileira; início da criação de gado; organizava expedições adentrando as matas em busca de metais preciosos; visitava as capitânicas para encaminhar soluções administrativas.

Segundo governo, Duarte da Costa, que trouxe com ele o padre Jose de Anchieta e Manuel da Nóbrega que fundaram o colégio de São Paulo onde se formou a vila que deu origem à cidade de São Paulo.

O terceiro, Mém de Sá, que encaminhou a solução do problema de escassez de mão-de-obra para a agricultura, por meio da importação de escravos negros.

Durante todo o período de colonização, passamos por diversos tipos de governos centralizados ou descentralizados; no entanto, não passamos de uma mera extensão de terras exploradas para o comércio externo.

Sendo todas as terras propriedade pessoal do rei, o qual podia doá-las conforme seu interesse. Mas, ao mesmo tempo, acabava ocorrendo uma ou outra apropriação direta da terra. Alguns homens livres, mas sem possibilidades de manter uma

grande propriedade se instalavam em terras menores, para produzir alimentos para o mercado interno. Era uma apropriação através da posse e não da doação real.

Mesmo depois da independência política(1822) do Brasil, ainda não existia nenhuma lei e/ou política que apontasse para uma distribuição de terras.

Somente em 1850, com os primeiros sinais da abolição da escravidão era necessário para os grandes proprietários rurais que formavam a nossa elite econômica agrária, que protegesse a propriedade da terra do método da apropriação através da posse. Do contrário, quando os escravos fossem libertados e novos imigrantes chegassem, não haveria empregados aos grandes proprietários, pois todos iriam em busca das terras do interior.

Surge então a Lei de Terras, terminando com o regime jurídico das posses no Brasil, transformando a situação na época. Isso porque, garantiu os interesses dos grandes proprietários do Nordeste e do Sudeste que estavam iniciando a promissora produção do café, definindo que: as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões, mediante pagamento à vista, e, quanto às terras já ocupadas, estas podiam ser regularizadas como propriedade privada.

Segundo Caio Prado Jr. “se formos a essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde o ouro e diamante; depois, algodão e, em seguida, café para o mercado europeu. Nada mais que isto”.

## A expansão dos latifúndios, dos conflitos de terras no Brasil.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil no final do século XV, passando pela colonização, o Brasil colônia, o Brasil Monárquico, o Brasil Império e por fim o Brasil República até os nossos dias, o latifúndio tem sua presença cativa. É quase que consenso entre os historiadores brasileiros as afirmações de que os latifúndios brasileiros se devem inicialmente à instituição das capitânicas hereditárias, do sistema das sesmarias e também do processo especulativo, que acabou por adquirir o status de poder da cultura européia aqui instalada pela posse de grandes extensões de terra e ainda das benfeitorias que se iriam implementando, o cultivo canavieiro e a criação de gado que acabava se utilizando de grandes extensões de terras. Encontrando estas terras nas mãos da grande burguesia rural, e não poderia ser diferente, devido à colonização e desenvolvimento tardio de fora para dentro, obedecendo ao desenvolvimento desigual e combinado. Com uma burguesia associada e totalmente entrelaçada e dependente do capital financeiro Internacional. Grande parte destes latifúndios inclusive se encontra sob a propriedade das multinacionais e ampliando hoje estas propriedades com o agro negócio diretamente ao capital financeiro dirigente do processo de modernização de nosso campo.

O sistema das sesmarias com certeza contribuiu também para aguçar os conflitos fundiários no país, visto que, as concessões de sesmarias eram dadas com critérios que excluía uma grande massa de sem terra e o fazia primeiramente com a titulação da mesma. Em muitos casos depois

de um breve período de tempo se constatava o não cultivo da terra ou realizado parcialmente e se dava a revogação do título, com outra concessão a outro qualificado. Aos camponeses pobres restavam: a posse direta e o cultivo da terra sem nenhuma autorização legal. Quando da implementação da Lei de Terras em 1850 foram reconhecidas as ocupações em que havia cultivo e criado os mecanismos para o impedimento de novas ocupações. Vale lembrar que as próprias capitânicas hereditárias foram concedidas em função de limitar as ocupações e a colonização direta. –“Ao tempo da independência, Gonçalves Chaves, citado por Rui

*Cirne Lima (obra citada, págs. 43-44), escreve uma memória em que estabelece o resultado colhido da legislação das sesmarias: “1° - Nossa população é quase nada, em comparação da imensidade de terreno que ocupamos há três séculos. 2° - As terras estão quase todas repartidas, e poucas há a distribuir, que não estejam sujeitas a invasões dos índios. 3° - Os abarcadores possuem até 20 léguas de terreno, e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras e, mesmo quando consentem, é sempre temporariamente e nunca por ajuste, que deixe ficar a família por alguns anos. 4° - Há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras, e sempre falta meios de obter algum terreno que façam um estabelecimento permanente. 5° - Nossa agricultura está em maior atraso e desalento, a que ela pode reduzir-se entre qualquer*

*povo agrícola, ainda o menos avançando em civilização.”” – 43-44 caderno 4 –Editora Obelisco Limitada, 1964.*

Esta conformação histórica de nossa estrutura urbana e rural faz com que diariamente temos notícias das barbaridades e chacinas no campo. Os maiores alvos destas chacinas foram e ainda continuam sendo os indígenas, os camponeses pobres e mesmo o trabalho escravo.

Com toda esta opressão e sistema injusto tornando a questão agrária brasileira uma questão de primeira grandeza para diminuir as desigualdades sociais, as disparidades regionais, e o

subdesenvolvimento do país como um todo. Temos uma grande burguesia agrária, reacionária, totalmente entrelaçada com o capital imperialista e financeiro. Vale dizer que os governos mais reacionários que a nação brasileira presenciaram, inclusive, no golpe e ditadura militar de 1964, tiveram um apoio decisivo destas oligarquias agrárias. O princípio de agir violentamente nas situações de antagonismos e disputas pela terra tem sido fortalecido e estimulado por padrões ideológicos inerente à formação dos latifúndios.

## Alguns conflitos

A resistência organizada à barbárie e genocídio em solo do espaço/nação brasileira que transformou a América de 80 milhões de habitantes nativos em 3 milhões.

### Palmares

**Início do século XVII, a prepotência dos colonizadores europeus encontraram resistência de toda a ordem. Os nativos se negavam a servir de mão de obra escrava, preferiam a morte no combate desigual. Obrigando os europeus garantir suas encomendas ao império Inglês principalmente, e, aos desejos de habitar a terra com vistas inclusive a sua auto-proteção, garantindo assim, as posses e a exploração colonial. Foram obrigados a recorrerem de outro instrumento altamente lucrativo que era a comercialização de mão de obra escrava. O escravismo já se tinha esvaído como sistema e forma de sociedade no espaço global. O servilismo tinha-o substituído graças a Deus, no entanto, a comercialização escrava neste período histórico acabou como sendo um serviço extraordinário sob a benção deste mesmo Deus.**

**Com os holandeses, segundo Marx relata (O Capital, Tomo II, página 871), “O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravidão e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital. A Holanda que, pela primeira vez, desenvolveu plenamente o sistema colonial atingira, em 1648, o apogeu de sua grandeza comercial. Tinha então “a posse quase exclusiva do comércio das Índias e do**

*intercâmbio entre o sudeste e o nordeste da Europa. Sua indústria de pesca, a marinha e as manufaturas ultrapassavam as de qualquer outro país. Os capitais da república holandesa eram talvez superiores aos de toda a Europa reunidos”.*

**A superioridade holandesa em consórcio com o Império Português enfrentaram uma poderosa resistência e fugas dos futuros latifúndios, os engenhos de açúcar de Pernambuco. Os negros cansados da brutalidade e da violência da escravidão fugiam e se organizavam em quilombos. Em Pernambuco, mais precisamente na Serra da Barriga, organiza-se o Quilombo dos Palmares e passam a viver em uma comunidade livre. Não tardou a impúncia e em 1630 os holandeses invadem e são rechaçados pela bravura da comunidade e dos combatentes do Quilombo de Palmares. Em 1644, portugueses e holandeses juntos são novamente rechaçados. A resistência aos ataques duram até 1694, no período de luta (luta de classes) em resistência aos colonizadores europeus. Os quilombolas conquistaram várias lideranças que se destacaram na resistência. A partir de 1670 Zumbi vai ser um destaque nesta luta. Vendo os portugueses que não conseguiam derrotar os Quilombos pela força tão somente, acabam por acenar pela alforria parcial da comunidade, o que gera discórdia. O enfrentamento torna-se mais propício para os portugueses, que já tinham expulsado os holandeses e se aproximado mais diretamente do império inglês em ascensão como império**

## A Cabanagem

Sob o signo da “Independência” ocorrida em 1822, alguns anos que antecederam a Lei de Terras, na década de 30 deste século, na província do Grão-Pará (estado de Pará e do Amazonas) se deram os conflitos que e denominaram de Cabanagem. De uma população de 80 mil habitantes composta de escravos, negros, mestiços ou tapuias (indígenas que moravam nas vilas) restaram 48000 mil e 40% da população foi dizimada. A população queria se tornar livre, libertando-se do trabalho escravo na roça e manufaturas. Os trabalhadores considerados livres acabaram aderindo ao movimento embalado pelas idéias libertárias, liderados por João Batista Campos.

A nomenclatura de cabanos se devia aos tipos de residências em que morava a maioria da população, ou seja, em pequenas cabanas de palha.

A violência das guarnições militares era implacável. Com a morte de Batista Campos, e a perseguição a Eduardo Angelim, algumas guarnições militares se juntaram ao movimento, resultando na morte do presidente da província e do comandante das tropas portuguesas. Clemente

Malcher foi conduzido como presidente da província. Uma grande vitória! Malcher acabou sendo morto pelo movimento por traição a este. No lugar de Malcher assumiu Francisco Vinagre que acabou, traíndo também o povo, nas negociações com os portugueses. Acabou sendo igualmente morto nos conflitos. Desta vez, assumiu a presidência da província Eduardo Angelim. Os portugueses percebendo que não derrotariam os cabanos apelaram para o bloqueio de alimentos à província, enfraquecendo e levando o movimento a divisões. As lutas, as guerras acabaram por consumir todo o tempo ficando as roças em um segundo plano. A fome acabou tomando conta da região, relata Caio Prado Júnior.

Em 1836 os portugueses aproveitam e mandam outra expedição de mercenários. A cidade de Tapajós, que em 1620 tinha 30 mil indígenas ficou com somente 3 mil. Por fim em 1839 o governo do Rio de Janeiro dá o golpe final anistiando alguns e deportando os principais líderes.

## Guerra de Canudos: 1896, uma resistência de quase 12 meses dos camponeses pobres do Sertão Baiano.

Vários autores se dedicaram em relatar e explicar um dos maiores acontecimentos históricos do Brasil do tempo de Império. A classe dominante, e não poderia ser o contrário, tenta passar a visão, de que se tratou de seguidores de um lunático religioso Antonio Conselheiro. Escondem todo o descontentamento da época e as transformações que se processavam. Desde o dia 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel que significava uma conquista parcial da lutas havidas e que acabaram por coincidir com as pressões inglesas pelo fim do trabalho escravo, no sentido da formação e ampliação do mercado consumidor, o descontentamento militar se arrastava há vários anos.

A obra de Clóvis Moura (A Sociologia política da guerra camponesa de Canudos – da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST – Editora Expressão Popular) bem retrata e analisa este acontecimento histórico.

O acerto da análise se dá ao incorporar o conflito de Canudos dentro do contexto da luta de classes no campo e, como parte do movimento camponês brasileiro, desmistificando todo desvio e as rotulações de fanatismo religioso etc.

Podemos dizer que Canudos e a Cabanagem foram movimentos de teor totalmente socialista, considerando a época em que se deram e as contradições colocadas, inclusive religiosas.

## O conflito do Contestado

A colonização avançava o interesse do capital ainda mais. No início do século XX, quase que concomitantemente com a Primeira Grande Guerra, levada a cabo pela crise de superprodução que já assolava o capitalismo, pela partilha do mundo e por conquistas de mercado em que saiu vitorioso os EUA, dando início a sua era de hegemonia, como império capitalista. Na Região de Contestado (uma área de 25 mil quilômetros quadrados) no Paraná e Santa Catarina dá lugar a mais uma série de violentos conflitos.

- *“Uma companhia norte- americana, a Brazil Railway, que construiu a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, recebeu do governo, como parte do pagamento, terras em uma faixa de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia. Essa empresa deveria colonizar a área com imigrantes, mas o seu principal interesse era a exploração da floresta nativa, rica em pinheiros e imbuías”.*

*‘A população que morava nessas terras como posseiros foi expulsa, e essa gente veio a se unir aos quase 8 mil trabalhadores da estrada de*

*ferro que haviam sido recrutados nas grandes cidades e que, após o término da construção, se viram completamente abandonados”.* *“Também foram arruinados os pequenos madeireiros, pois não podiam competir com uma grande empresa estadunidense instalada na região do Contestado, a mais moderna serraria da América Latina, e que exportava a madeira para os Estados Unidos”.* – Brasil Indígena: 500 anos de resistência/Benedito Prezia, Eduardo Hoomaert. – São Paulo: FTD, 2000.

A bravura dos trabalhadores que construíram a ferrovia e ficaram a mercê do sertão e da especulação imobiliária advinda da construção da própria ferrovia nas mãos dos grandes capitalistas mundiais. Juntou-se a bravura, a fé dos nativos na mitologia regional em João Maria que se sucedia de geração em geração, a resistência estava dada. Uma luta desigual, a força do grande capital venceu mais uma vez, com mais um mar de sangue.

## O Território livre de Formoso (Território de Trombas)

Anos de 1948 a 1964, Estado de Goiás, Região de Pedro Afonso. Era um Movimento dos Sem Terra, dirigido pelo Partido Comunista do Brasil, uma das maiores lideranças era o Revolucionário José Porfírio.

Consistia o Movimento em ocupar e trabalhar a terra de forma livre das interferências do Estado. Acabaram por formar uma Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas com o objetivo

de administrar as terras ocupadas e a sua produção, - página 114 (da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST – Editora Expressão Popular)

Assim como Palmares, Cabanagem, Canudos e Contestado, o Movimento do Território Livre de Formoso fora dizimado com o golpe militar de 1964.

## O MST

Com a Ditadura militar os Partidos políticos e os movimentos eram os consentidos (Arena e MDB). As dezenas de Organizações Revolucionárias que atuavam de forma clandestina, estavam perdendo quadros para a repressão. O Movimento dos Sem Terra começa a ser organizado pela Igreja, no qual, aliás, grande parte rezou pela propriedade e a família juntamente com os generais. A Sociedade é formada dos contrários, vimos em vários momentos da luta de classes do espaço/nação brasileira a presença de religiosos e da fé se entrelaçando com a resistência e muitas das

vezes com a própria estrutura da Igreja. Com o MST não foi e não poderia ser diferente: Começa a não ser mais interessante para o Imperialismo Americano e Europeu as Ditaduras militares na América Latina, já tinham cumprido seu papel, já tinha aniquilado os quadros revolucionários, e dispersado todo o movimento, já se tinha anestesiado por um tempo as experiências e os conhecimentos vindo das lutas teóricas e da prática diária, no caldeirão da luta de classes. Assim, inclusive parte da cúpula da Igreja inicia-se uma ferrenha luta contra a Ditadura Militar. Em 1975 a

Comissão Pastoral da Terra (CPT) culminando com um período que se denominou de *Abertura Política*, acaba por dar o pontapé inicial da reorganização do movimento camponês brasileiro, organizando em janeiro de 1984 o primeiro

Encontro do MST em Cascavel, no Estado de Paraná e em 1985, no clima das *Diretas Já!*, realiza-se em Curitiba o primeiro Congresso do MST.

## A concentração de terras que se iniciou com as Capitâneas Hereditárias e as Sesmarias estenderam-se para a concentração econômica, industrial, bancária e em geral.

Segundo levantamento de Geraldo Banas – Os donos do Brasil, Editora Banas Ltda, 1984. – Temos:

- No setor automotivo, 77% nas mãos do capital imperialista;
- Capital empatado na mineração e, com as privatizações ocorridas nos últimos anos, nada menos que 83% do capital minerador passaram para as mãos imperialistas;
- Já as terras, dados do INCRA, temos: dos 3.114.898 imóveis rurais cadastrados, ocupando uma área total de 331.364.012 hectares, 62,2% constituídos de minifúndios – ocupam apenas 7,9% dessa área, enquanto 2,8% - os latifúndios – ocupam 56,7% da área total.

- Considerando que temos no Brasil uma supremacia, apesar de um bom peso ainda que joga alguns bancos Estaduais (que sobraram dos “leilões”) e o Banco do Brasil. Não poderia ser diferente, visto que, na fase superior do capitalismo, fase imperialista do capital financeiro (fusão do capital industrial com o bancário), nos ensina Lênin que nesta fusão de capitais, o predomínio restou para o capital bancário em relação ao industrial. Que o primeiro dirige o segundo e não o inverso. Considerando ainda que mesmo as chamadas empresas nacionais são na verdade totalmente associadas com o capital financeiro internacional, como é o caso de “nossa” Petrobras.

## Um dilema se coloca para as políticas reformistas, desenvolvimentistas.

Para os defensores da tal reforma agrária no campo brasileiro (dentro da lei), que mexa com os 2,8% dos proprietários latifundiários. Não considerando a inter-relação existente com o capital bancário e Industrial imperialista presente majoritariamente na estrutura brasileira.

Diante desta cruel realidade a teoria da análise do desenvolvimento desigual e combinado aponta no caso da reforma agrária, a incompetência para cumprir as tarefas que foram executadas pelas forças democráticas da própria burguesia (em vários países da Europa, inclusive) por vias pacíficas, na democratização do espaço territorial, nas chamadas reformas.

Nos ensina a teoria do desenvolvimento desigual e combinado que: para mexer com os grandes capitalistas nacionais entrelaçados com o capital financeiro, como é o caso de nossa estrutura econômica e proprietária, somente o processo revolucionário, de massa e armado. Só assim poderão dar cabo da expropriação e enfrentamento com o capital financeiro dominante do mundo capitalista e, como conseqüências, combinar as tarefas democráticas e as de cunho socialista dos países oprimidos e atrasados como o que se configura nosso espaço/nação outrora, Monte Pascoal, Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e finalmente, Brasil...



Como anda o Pólo Brasileiro do Cosmético que a Prefeitura de Diadema propagou, injetou verbas e energias do poder público?

As empresas do Pólo Karina e Dogal acabaram por ser incorporadas à Coper, provocando a demissão de centenas de trabalhadores. Agora o que restou das empresas Karina, Dogal e Coper foram incorporadas pelo grupo Bertin que está querendo demitir 150 trabalhadores já no início de 2007 e fechar a empresa de Diadema, com a demissão de todos os trabalhadores até o início de 2008, mudando a empresa para a plana principal do grupo Bertin em Jundiá.

## O que é o Pólo Brasileiro do Cosmético?

Em 2004, com o falatório de mudar a imagem de Diadema, de cidade violenta dos anos 90, de reduzir o desemprego e impulsionar a Indústria na cidade. A Prefeitura Municipal, a Ciesp, o Sesi e as Indústrias do setor de Cosmético criaram pela Lei Municipal nº 2.237 o Pólo Brasileiro do Cosmético.

A história de nossa Cidade foi sempre marcada pelos incentivos aos Industriais. Aqui instalaram centenas de Indústrias com insenção de impostos de 5, 10 anos e desconto de IPTU com o falatório de criar mais empregos e etc. A exemplo disso temos a Lei Complementar de nº 201/2004.

## Com o Pólo Brasileiro do Cosmético se deu a mesma coisa.

As Empresas pegam as insenções dos impostos e as benesses do poder público, arrancando cada vez mais lucros em cima de salários miseráveis como sempre pagaram a Karina, Dogal e Coper e quando surge uma pequena oportunidade de melhor explorar os trabalhadores, inventam falências, crises e fecham as fábricas. As vezes dizem para onde vão, como é o caso da COPER e na maioria das vezes ninguém fica sabendo para onde vão.

## O que é o grupo Bertin?



Trata-se de um dos maiores Grupos Industriais do País. Tem 28 empresas de porte médio e grande nas áreas de: Bertin agropecuária (criação e evolução da raça de gado Nelore); Bertin alimentos; Bertin Biodiesel; Bertin Cosmético; Bertin couros; Bertin Dog Toy; Bertin Epis (calçados e luvas de segurança); Bertin Higiene e limpeza; Bertin Higienização Industrial; construção civil; Bertin Saneamento Básico; Bertin Transporte; Bertin Energia Elétrica; Bertin Resort (área do Turismo e Lazer).

Para se ter uma idéia do tamanho e como funciona este Grupo. Em 22/10/2006 o grupo patrocinou em Paris (França) uma noite gastronômica em homenagem a Santos Dumont. O evento se realizou no Restaurante Favela Chic em Paris.



Enquanto fazem festa em Paris, cortaram até a Sexta de Natal, cortaram metade do café da manhã e agora estão demitindo todos os trabalhadores da firma de Diadema. Com o intuito de modernizar o seu parque industrial, o grupo Bertin está querendo levar a Coper para a cidade de Jundiaí e pagar ainda menos do que pagam para os trabalhadores de Diadema.

Por que o Grupo Bertin está fechando a fábrica Coper em Diadema e mudando para Jundiaí?

O lema do grupo já fala por si só! Acumular lucro. Começa e termina com a sede de capital e mais capital. A vida dos trabalhadores e seus familiares não interessam. Este é o lema dos capitalistas.

Os Trabalhadores do Grupo Bertin Cosmético, da COPER Diadema, antiga Karina e Dogal não podem aceitar esta violência. Pois foi justamente o lema pelo qual foi criado o Pólo Brasileiro do Cosmético, ou seja, combater o desemprego e mudar a fama de Diadema violenta.

Na manhã de 21/12/2006 o Sindicato fez ato público em frente a fábrica e a Diretoria do Sindicato informou que tinha feito acordo com os patrões. Que as demissões se realizariam a partir de 02 de janeiro de 2007 terminando a primeira fase das demissões dos 150 trabalhadores até 08/01/2007.

O que dá estes acordos miseráveis!

Nem bem a Diretoria do Sindicato saiu da porta da empresa, esta demitiu três trabalhadores.

#### **Não temos muitas saídas:**

- Temos que exigir do Sindicato dos Químicos do ABC que compre esta briga em favor dos trabalhadores;
- Temos que vigiar a Diretoria do Sindicato e suas negociações com os patrões;
- Temos que exigir que as negociações se dêem as claras e que tudo seja votado em nossa Assembléia;
- Temos que unificar com as outras categorias, os outros Sindicatos;
- Temos que exigir o apoio da Prefeitura e Câmara de Vereadores que votaram leis e a própria constituição do Pólo Brasileiro do Cosmético para beneficiar estes parasitas, miseráveis e criminosos burgueses que vivem de lucros e mais lucros;
- Temos que ocupar a Fábrica, colocando-a para funcionar para os trabalhadores continuar a produção de todos os produtos que estão sendo produzidos; não aceitamos nenhuma demissão nem a retirada de nenhuma máquina ou peças do interior da fábrica;
- Temos que exigir o aumento de salário e melhores condições de trabalho já! Nenhuma demissão.



Não somos mercadoria e gado para ser usado e levado ao matadouro da BERTIN